



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ELISSON PESSOA PEDROSA

A seca de 1877-1879: um desastre natural e uma tragédia social

João Pessoa- PB

2025

ELISSON PESSOA PEDROSA

A seca de 1877-1879: um desastre natural e uma tragédia social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História como requisito
parcial para obtenção de título de Licenciado em
História.

Orientadora: Dr^a. Arianne Norma de Menezes Sá

João Pessoa- PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P372s Pedrosa, Elisson Pessoa.

A seca de 1877-1879 : um desastre natural e uma tragédia social / Elisson Pessoa Pedrosa. - João Pessoa, 2025.

28 f.

Orientadora : Ariane Norma de Menezes Sá.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Seca de 1877. 2. Medidas da Monarquia para conter a seca. 3. Papel das elites locais. I. Sá, Ariane Norma de Menezes. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(812/813)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____**Nota []**

Profa. Dr^a. Arianne Norma de Menezes Sá
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
Orientadora

_____**Nota []**

Profa. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
(Departamento de História– UFPB/CCHLA)
Avaliadora

_____**Nota []**

Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
Avaliador

JOÃO PESSOA – PB

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter estado sempre comigo, renovando minhas forças, guiando meus passos e por ter me inspirado a seguir em minha trajetória até esse exato momento. Foi ele a principal causa para construir o meu progresso nessa importante etapa da minha formação.

Meus agradecimentos vão também para a minha orientadora Ariane Norma de Menezes Sá, em especial, por ter me inspirado na escolha do tema da seca, tanto diretamente quanto indiretamente, durante suas aulas em Brasil II, que me fizeram interessar ardentemente pela temática do Império. A ela sou grato também por ter me fornecido as fontes para que eu pudesse pesquisar e me aprofundar nesse assunto, o que facilitou a minha pesquisa e a construção do trabalho.

Também agradeço à Universidade Federal da Paraíba por ter fornecido materiais didáticos para serem usados na construção do meu TCC, tanto materiais físicos quanto virtuais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

**CAPITULO 1 - A Tragédia da Seca de 1877-1879: Fome, Violência e
Corrupção no Nordeste**

1.1. Fome, doenças e êxodo rural

1.2. Colapso da economia e aumento da violência

1.3. A resposta do Império: improviso, caridade e corrupção

1.4. A instabilidade administrativa e o fracasso das políticas públicas.....

1.5. Corrupção, abandono e o retrato da calamidade

**CAPITULO 2 - As ações da Monarquia com relação a seca e o papel das
elites locais e sua relação com o governo imperial durante a seca
.....**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a grande seca que atingiu a província da Paraíba em 1877-1879, inserida no contexto da chamada “Grande Seca do Nordeste”, considerada uma das mais devastadoras catástrofes naturais da história do Brasil.

Estima-se que, em todo o Nordeste, cerca de meio milhão de pessoas tenham morrido em decorrência direta ou indireta da seca, o que a torna não apenas uma tragédia climática, mas também uma das maiores crises humanitárias já enfrentadas pelo país.

Trata-se de um episódio que desafiou não apenas a resistência da população sertaneja, mas também a capacidade de resposta das instituições políticas da época. Nesse sentido, a seca de 1877-1879 se torna um marco para se compreender os limites da atuação do Estado imperial diante de uma emergência prolongada, revelando falhas estruturais e desigualdades históricas que marcaram profundamente a relação entre o poder central e as províncias do Norte.

O interesse por esse tema surgiu a partir da observação de como eventos climáticos extremos podem expor fragilidades estruturais de um país, especialmente quando se cruzam com desigualdades sociais, políticas centralizadoras e ausências de políticas públicas eficazes.

A seca de 1877-1879, nesse sentido, não foi apenas uma questão ambiental, mas um fenômeno que escancarou as limitações do modelo político-administrativo do Império brasileiro, sua visão sobre o Nordeste e a precariedade dos mecanismos estatais de amparo aos mais pobres.

Além disso, o episódio lança luz sobre a maneira como o poder central percebia e tratava as províncias do Norte e do Sertão, muitas vezes vistas como periféricas e secundárias frente às prioridades da Corte e da elite do Sudeste.

Ao longo do século XIX, o Brasil Império consolidou uma estrutura político-administrativa fortemente centralizadora, em que a maior parte das decisões e recursos se concentravam na Corte do Rio de Janeiro. Embora houvesse certo grau de autonomia provincial, essa autonomia era limitada, e a maioria das demandas locais precisava ser encaminhada à

capital imperial, o que dificultava respostas rápidas e eficazes em momentos de crise.

A seca de 1877-1879 é um exemplo emblemático disso: diante de um desastre de grandes proporções, a atuação do governo imperial foi marcada por atrasos, ações emergenciais descoordenadas, recursos insuficientes e, em muitos casos, pela total ausência de medidas estruturais.

As principais ações implementadas, como frentes de trabalho e distribuição de mantimentos, além de insuficientes, muitas vezes não alcançaram as populações mais vulneráveis. Em muitos casos, os socorros chegaram tarde demais ou foram desviados ao longo do caminho, alimentando a corrupção e a desigualdade.

Neste sentido, torna-se importante compreender a noção de calamidade pública no século XIX, que ainda não estava plenamente consolidada como categoria legal ou administrativa, mas que, na prática, já exigia a intervenção do Estado em favor da coletividade.

Ao se deparar com uma catástrofe como a seca de 1877-1879, o Império teve a oportunidade de construir políticas públicas mais permanentes de enfrentamento da seca, mas preferiu recorrer a medidas pontuais, com viés assistencialista ou caritativo, deixando de lado qualquer projeto de transformação estrutural da realidade sertaneja. A ausência de uma política nacional para o semiárido nordestino nesse período evidencia um padrão de negligência institucional que contribuiu para o agravamento da tragédia.

A pesquisa pretende, ainda, refletir sobre os limites da atuação estatal em tempos de crise e os impactos sociais dessa atuação (ou inação) na vida da população nordestina. Com base nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar o papel da monarquia brasileira diante da seca de 1877-1879 na província da Paraíba, compreendendo as medidas (ou a falta delas) adotadas pelo governo imperial e seus desdobramentos para a população local.

Como objetivos específicos, busca-se: (1) Contextualização da seca de 1877-1879; (2) Investigar as medidas emergenciais tomadas pela Coroa para mitigar os efeitos da seca na Paraíba; (3) Compreender o papel das elites locais e sua relação com o governo imperial durante a crise. Além

disso, procura-se identificar os discursos oficiais e narrativas políticas construídas na época para justificar ou suavizar a ausência do Estado.

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa e histórica, fundamentada na análise crítica de fontes secundárias que compreendem estudos acadêmicos, dissertações, artigos científicos e livros que tratam da seca de 1877-1879, do Império brasileiro e das dinâmicas sociais e políticas do Nordeste oitocentista.

A análise dessas fontes será feita de forma comparativa e contextualizada, buscando identificar os discursos oficiais e extraoficiais, suas contradições internas, e os interesses políticos e sociais envolvidos nas decisões do período.

Pretende-se, assim, alcançar uma compreensão mais ampla sobre os significados políticos e simbólicos da seca no imaginário imperial e sobre como esse episódio contribuiu para enfraquecer a legitimidade da monarquia entre as populações sertanejas – um processo que, embora não exclusivo, ajudou a preparar o terreno para o fortalecimento de discursos republicanos no final do século XIX.

A presente pesquisa também se insere no esforço de aproximar o passado de debates contemporâneos. A análise histórica da seca de 1877-1879 permite lançar luz sobre questões ainda atuais, como a responsabilidade do Estado em contextos de emergência humanitária, a eficácia das políticas públicas de combate à desigualdade regional, e a persistência de estigmas em relação ao Nordeste.

Ao revisitar um episódio dramático da história brasileira, esta monografia propõe uma reflexão crítica sobre os legados da omissão estatal e sobre a forma como determinadas regiões do país continuam a ser tratadas com descaso diante de crises previsíveis.

Ao focar na província da Paraíba durante a grande seca de 1877-1879, pretende-se contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre as relações entre Estado, catástrofes naturais e desigualdade regional no Brasil Império, fornecendo subsídios para compreensões mais amplas do passado e do presente.

A partir da análise do caso paraibano, pretende-se lançar luz sobre uma realidade frequentemente invisibilizada pela historiografia tradicional e oferecer novas possibilidades de reflexão sobre o papel e a

responsabilidade do Estado em tempos de calamidade. A seca de 1877-1879, também conhecida como a "Grande Seca", marcou profundamente a história do Nordeste brasileiro, sendo considerada uma das maiores catástrofes ambientais e humanitárias do país.

Seus efeitos foram devastadores em quase todas as províncias nordestinas, atingindo de forma particularmente brutal a província da Paraíba. Estima-se que, em todo o Nordeste, mais de 500 mil pessoas morreram em decorrência direta ou indireta da seca. A Paraíba foi duramente afetada pela ausência de chuvas, pela fome, pelas doenças e pela completa desarticulação das estruturas públicas, o que levou a um quadro de miséria generalizada, colapso social e violência.

Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para o campo da História Social e Política do Brasil Império, ampliando o debate historiográfico sobre o Nordeste e propondo uma leitura crítica das relações entre o poder central, as elites regionais e as populações marginalizadas diante de eventos extremos.

No capítulo 1, será apresentada uma contextualização da seca; no capítulo 2, serão abordadas as medidas emergenciais tomadas pela Coroa para mitigar os efeitos da seca na Paraíba; e no capítulo 3, será discutido o papel das elites locais e sua relação com o governo imperial durante a crise.

CAPITULO 1 - A Tragédia da Seca de 1877-1879: Fome, Violência e Corrupção no Nordeste

1.1. Fome, doenças e êxodo rural

Com o colapso das chuvas, as plantações secaram, a criação de animais pereceu e as reservas alimentares rapidamente se esgotaram. A população rural, que dependia diretamente da agricultura de subsistência, viu-se subitamente sem meios de sustento. O cenário nas zonas rurais era de fome extrema, sede e abandono. Famílias inteiras deixaram suas casas e suas terras em busca de alimento, abrigo e esperança.

Essa onda migratória formou um contingente de vítimas da seca que se dirigia principalmente para as cidades litorâneas, como João Pessoa (então chamada de Paraíba do Norte), ou mesmo para províncias vizinhas como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Alguns ainda se arriscaram em longas jornadas rumo ao sul do país.

A falta de comida foi uma das maiores calamidades que sobrevieram sobre a província da Paraíba nessa época. A destruição das plantações e a morte do gado minaram os estoques de alimentos, criando um quadro aterrador com diversas famílias passando necessidade devido à falta de alimentos.

Muitas famílias não conseguiam se manter, e eram muitos os casos de pessoas que morriam por conta da inanição, especialmente as crianças pequenas. Isso levou a um aumento nos casos de abandono de crianças em alojamentos e até mesmo de vendas, pois as famílias não se viam em condições para sustentá-las.

O trabalho também foi afetado pela fome, pois sem alimentos, as pessoas não tinham forças para trabalhar, o que foi um fator emergente para a estagnação econômica na província da Paraíba. A fome não veio sozinha. Com ela, surgiram surtos de doenças como escorbuto, varíola, febres perniciosas, disenteria, infecções diversas e outras enfermidades associadas à desnutrição e à precariedade dos alojamentos.

Os albergues improvisados nos centros urbanos, frequentemente superlotados, sem saneamento, ventilação ou higiene, tornaram-se focos de epidemias, que se espalhavam rapidamente. Segundo relatos do então

presidente da província, Dr. Esmerindo Gomes Parente, essas enfermidades muitas vezes se originavam durante as caminhadas das vítimas da seca, que já adoeciam no trajeto e, ao chegarem, disseminavam doenças nos locais de destino.

A precariedade alimentar também contribuía para o avanço das doenças. A chamada “ração dos indigentes”, fornecida em caráter emergencial, era composta basicamente de arroz, farinha e carne seca. A ausência de verduras e frutas causava deficiência de vitaminas, especialmente a vitamina C, levando a quadros graves de escorbuto, além de comprometer a imunidade da população. A falta de nutrientes básicos agravava a letalidade das doenças mais simples.

A Epidemia de varíola era uma das mais emergentes desse período, com numerosos casos relatados em cidades como Mamanguape, onde foram registrados 212 casos de vítimas da seca infectados e 42 mortes. Alguns ainda tentavam curar-se da doença com métodos caseiros, como relatado em alguns jornais da Paraíba da época, que mencionavam a existência de um “curandeiro” que fazia misturas medicinais para tratar da varíola.

Muitos voluntários que se submetiam ao tratamento médico formal não voltavam, temendo serem contaminados com pus da varíola. Assim, restava a população recorrer a esses tratamentos caseiros, que seriam apenas para amenizar os males da moléstia.

Diante desses fatos, podemos deduzir que tudo ocorreu em um efeito dominó. A falta de recursos hídricos levou à morte das plantações e dos animais de criação ou de corte, gerando um quadro terrível de fome generalizada além e abalando economicamente a província da Paraíba. Isso motivou o deslocamento de civis pelas regiões em busca de melhores condições e de sobrevivência.

No entanto, esse processo ocorreu de um modo desorganizado, principalmente porque muitos dessas vítimas da seca acabavam indo parar em alojamentos desorganizados e em condições precárias, o que resultou em propagação de diversas doenças devido às aglomerações nesses estabelecimentos.

A seca de 1877-1879 na província da Paraíba teve consequências devastadoras, incluindo fome extrema, doenças e êxodo rural. A falta de

chuvas e a perda de plantações e animais de criação levaram a uma crise alimentar e econômica, que motivou o deslocamento de civis em busca de melhores condições. No entanto, esses deslocamentos ocorreram de forma desorganizada e em condições precárias, o que resultou na propagação de doenças e na perda de vidas. A combinação de fome, doenças e falta de recursos hídricos criou um quadro terrível de sofrimento humano, que afetou profundamente a população da Paraíba

1.2. Colapso da economia e aumento da violência

A seca comprometeu a base econômica da província. As principais culturas de exportação, como algodão e cana-de-açúcar, entraram em colapso. A falta de chuvas tornou inviável a manutenção das lavouras, enquanto a pecuária, outro setor importante, sofreu perdas catastróficas com a morte em massa dos rebanhos. A crise econômica foi acompanhada pelo desabastecimento: alimentos tornaram-se escassos e caros, e o comércio entrou em retração.

Com menos circulação de mercadorias e dinheiro, a província mergulhou numa recessão profunda. A economia das províncias do Nordeste, como a Paraíba, dependia fortemente da produção agrícola, especialmente do algodão, cuja expansão motivou a ocupação e o desenvolvimento do interior da região. Com a grande seca, o comércio foi severamente prejudicado pela falta de recursos hídricos para manter as lavouras, o que resultou na perda das colheitas e na escassez de produtos.

Esse quadro provocou o aumento dos preços e marcou o início de uma grave crise financeira, que culminou na estagnação econômica da província e num crescente declínio da economia local. A decadência do comércio na província da Paraíba agravou de forma dramática o problema da fome e as demais calamidades sociais associadas a ela.

Com a seca prolongada e a escassez de produtos agrícolas, a circulação de mercadorias foi severamente comprometida, fazendo com que alimentos básicos se tornassem raros e seus preços disparassem. Pequenos comerciantes e feirantes viram suas atividades ruírem, enquanto famílias inteiras, sem renda e sem acesso a mantimentos, mergulharam na miséria.

A carência de recursos levou muitos a abandonar suas propriedades e migrar em direção ao litoral ou para outras províncias, iniciando longas e penosas jornadas como migrantes. Outros, sem condições sequer de se deslocar, permaneceram nas cidades, sobrevivendo de esmolas e disputando porções mínimas de comida distribuídas em ações emergenciais.

Relatos da época descrevem ruas tomadas por famintos, doentes e crianças desnutridas, enquanto doenças como varíola e febre tifoide se espalhavam rapidamente. O cenário de comércio paralisado, fome generalizada e deslocamentos em massa produziu um quadro de instabilidade social que marcou profundamente a província durante os anos da seca.

A desorganização social levou também a um aumento da criminalidade. Saques, invasões a propriedades rurais, assaltos e até casos extremos, como canibalismo em Pombal, onde uma mulher chamada Dionísia dos Anjos matou e comeu a carne de uma criança, foram registrados por cronistas e autoridades da época. Bandoleiros passaram a atuar com mais liberdade nas zonas rurais abandonadas, o que gerava ainda mais temor e insegurança.

O caso de José Viriato, um cangaceiro que aterrorizava as regiões do Ceará e da Paraíba é ilustrativo. Ele cometia crimes como extorsão de famílias abastardas, roubos, assassinatos e torturas por onde passava, e era considerado um dos cangaceiros mais sanguinários da época. Muitos fazendeiros em Cajazeiras deixavam a região por causa dos ataques desse bando.

Para resolver esse problema, foi convocado um contingente militar foi acionado que uniu forças da cidade de Cajazeiras e de Misericórdia para ir no encalco do bando de salteadores até chegarem à região do Jenipapo, onde iniciou-se um tiroteio entre os agentes da lei e os salteadores. Após um conflito extremamente violento que deixou mortos de ambos os lados e Viriato ferido no pé, eles conseguiram expulsar os bandoleiros da região, que se refugiaram em Pernambuco.

A seca também afetou os policiais que atuavam na região, pois eles também passaram por necessidades e, motivado por essa situação, se juntaram às vítimas da seca e abandonaram as cidades, deixando-as à

mercê dos criminosos que agora circulavam livremente, sem figuras de autoridade que pudessem temer.

Em síntese, podemos constatar que a seca de 1877 não foi apenas uma tragédia climática e econômica, mas também uma crise social que abalou a estrutura social e a vida na província. A fome, a inflação e a retração do comércio fragilizaram o tecido social, abrindo espaço para revoltas populares, aumento da criminalidade e atuação de bandos armados. Casos como o de José Viriato ilustram como a ausência de recursos e a desorganização do poder público criaram um ambiente propício para o fortalecimento da violência, tornando a seca não apenas uma tragédia natural, mas também um catalisador de instabilidade política e social na região.

A seca de 1877-1879 teve um impacto devastador na economia e na sociedade da província da Paraíba, levando a um colapso econômico, aumento da violência e desorganização social. A falta de chuvas e a perda de colheitas e rebanhos comprometeram a base econômica da província, enquanto a fome e a inflação geraram um ambiente propício para a violência e a criminalidade. A atuação de bandoleiros e cangaceiros, como José Viriato, ilustra a instabilidade e a insegurança que se espalharam pela região. Assim, a seca não foi apenas uma tragédia climática, mas também uma crise social que abalou a estrutura social e a vida na província.

1.3. A resposta do Império: imprevisto, caridade e corrupção

A resposta do Estado imperial foi tardia, fragmentada e marcada por imprevisto. O presidente da província autorizou a abertura de um crédito de 12:000\$000 (doze contos de réis) para socorrer os flagelados. Além disso, festas de caridade foram promovidas em outras províncias, e até estudantes da Escola Politécnica fizeram doações.

No entanto, os recursos não eram suficientes para o tamanho da tragédia. Em muitas cidades, a ajuda não chegava. Em outras, os alimentos e materiais enviados eram desviados por autoridades locais ou elites regionais, em um cenário de corrupção escandalosa. Algumas igrejas e fazendeiros instalaram alojamentos e distribuíram mantimentos, mas essas ações eram pontuais e não alcançavam a maioria dos necessitados.

Como a ajuda era escassa, os mantimentos eram racionados, e muitas vítimas da seca permaneciam em situação de rua, expostos à fome e às doenças. O presidente Ulisses Viana chegou a solicitar ao governo imperial o envio de recursos e transportes para promover a migração de parte da população para áreas com melhores condições. Entretanto, mesmo essa medida foi executada de forma limitada, e a superlotação continuou a ser um problema grave em algumas cidades.

A resposta do Império à seca de 1877-1879 foi marcada por improviso, insuficiência e corrupção. A ajuda foi tardia e fragmentada, e os recursos não foram suficientes para atender às necessidades da população afetada. A corrupção e o desvio de recursos por autoridades locais e elites regionais agravaram ainda mais a situação.

As ações de caridade e os esforços pontuais de igrejas e fazendeiros não foram suficientes para mitigar a tragédia. A falta de uma resposta coordenada e eficaz do Estado imperial perpetuou o sofrimento da população e destacou a necessidade de uma abordagem mais estrutural e sustentável para lidar com as crises regionais.

1.4. A instabilidade administrativa e o fracasso das políticas públicas

Outro fator que agravou a crise foi a instabilidade política. Os presidentes de província nomeados pelo Império raramente permaneciam no cargo por muito tempo. Segundo José Américo de Almeida, essa rotatividade constante comprometia a continuidade de qualquer plano de ação.

O próprio José Américo, em sua obra “A Paraíba e seus Problemas”, critica duramente a gestão imperial durante as secas, atribuindo os efeitos prolongados da calamidade à ausência de um planejamento racional e de uma política permanente para o semiárido.

José Américo também destaca a disparidade entre as províncias. Embora o Ceará tenha sido também fortemente castigado, sua geografia permitia a manutenção de algumas reservas hídricas, o que serviu de destino temporário para migrantes paraibanos. Contudo, mesmo lá, a falta de métodos racionais de cultivo e a escassez de infraestrutura para receber os migrantes fizeram com que muitos assentamentos fossem abandonados.

A migração fracassava e as vítimas da seca voltavam à Paraíba, trazendo consigo doenças e frustrações.

A instabilidade administrativa e o fracasso das políticas públicas durante a seca de 1877-1879 agravaram significativamente a crise no Nordeste. A rotatividade constante de presidentes de província e a falta de planejamento racional e de políticas permanentes para o semiárido comprometeram a eficácia das ações emergenciais e perpetuaram os efeitos devastadores da seca.

A disparidade entre as províncias e a falta de infraestrutura adequada para receber os migrantes também contribuíram para o fracasso das políticas públicas. A crítica de José Américo de Almeida à gestão imperial destaca a necessidade de uma abordagem mais estrutural e sustentável para lidar com as secas e os problemas regionais, em vez de soluções paliativas e improvisadas.

A instabilidade administrativa e o fracasso das políticas públicas durante a seca de 1877-1879 foram fatores cruciais que agravaram a crise no Nordeste. A falta de planejamento racional, a rotatividade constante de presidentes de província e a disparidade entre as províncias comprometeram a eficácia das ações emergenciais e perpetuaram os efeitos devastadores da seca.

É evidente que a abordagem improvisada e paliativa do Império não foi suficiente para lidar com a complexidade da crise, e que uma abordagem mais estrutural e sustentável é necessária para enfrentar os desafios regionais. A crítica de José Américo de Almeida serve como um lembrete importante da necessidade de políticas públicas mais eficazes e permanentes para proteger a população e promover o desenvolvimento regional.

1.5. Corrupção, abandono e o retrato da calamidade

A corrupção generalizada, somada à omissão estatal, comprometeu as ações emergenciais. Governadores ineficazes — como o citado presidente jovem e festeiro — agravaram a crise com gestões pírias. José Américo chegou a afirmar que “nenhum gênio da tragédia poderia pintar o que aconteceu de modo fidedigno”, dada a profundidade do sofrimento humano.

Famílias inteiras sem roupas, crianças esqueléticas, mães sem leite, mortos nas estradas, refugiados vivendo sob panos improvisados: esse era o retrato cruel da Paraíba naquele período. Mesmo após o fim da estiagem, os efeitos sociais da seca perduraram. A violência, o abandono, o êxodo rural e a pobreza extrema tornaram-se características marcantes do sertão.

Apesar das chuvas que voltaram em anos posteriores, o Estado imperial nada fez para preparar a província para futuras secas. Os açudes secaram, os rebanhos foram dizimados, e a população foi deixada à própria sorte.

O caso da seca de 1877-1879 mostra que, mais do que a força da natureza, foi a ausência de vontade política, a falta de políticas públicas estruturais e o abandono de um povo que tornaram essa tragédia uma das mais profundas da história brasileira.

A insuficiência das políticas do Estado em relação à seca e aos problemas estruturais do Norte e Nordeste já vinha sendo alvo de questionamentos, como evidencia o manifesto do deputado Manoel Pedro Cardoso Vieira de 1879. Em seu pronunciamento, o parlamentar critica duramente a inação das autoridades diante da situação calamitosa dessas regiões, destacando não apenas a escassez de recursos financeiros destinados à resolução dos problemas, mas também a ineficácia das interpelações realizadas no Parlamento.

Cardoso Vieira chega a questionar se o governo, de forma deliberada, não estaria “fechando os olhos” para a crise, apenas para evitar gastos significativos com a região. Ele descreve em detalhes a gravidade do cenário na província da Paraíba, ressaltando que a situação se tornava cada vez mais crítica e exigia medidas urgentes. Diante disso, solicita que sua interpelação não seja mais uma vez ignorada ou postergada, advertindo que, caso a negligência persistisse, recorreria à imprensa para denunciar publicamente a omissão e a falta de ação efetiva do governo.

Portanto, a seca de 1877-1879 revelou a face mais cruel da omissão estatal e da corrupção no Brasil. A combinação de gestão pífia, corrupção generalizada e falta de políticas públicas estruturais transformou uma tragédia natural em uma catástrofe humana.

O retrato da calamidade na Paraíba, com famílias sem roupas, crianças esqueléticas e mortos nas estradas, é um testemunho da

profundidade do sofrimento humano. A crítica de Manoel Pedro Cardoso Vieira à inação do governo destaca a necessidade de uma resposta mais eficaz e estrutural às crises regionais.

CAPITULO 2 - As ações da Monarquia com relação a seca e O papel das elites locais e sua relação com o governo imperial durante a seca

Para tentar amenizar a calamitosa situação vivida pela província da Paraíba durante a seca de 1877-1879, o governo monárquico adotou algumas medidas emergenciais com o objetivo de socorrer a população flagelada.

Entre as iniciativas destacaram-se a promoção de festas beneficentes para arrecadação de donativos, a liberação de créditos extraordinários — como o valor de 12:000\$000 mil-réis autorizados pelo presidente da província — e o envio de alimentos e suprimentos básicos, como arroz, farinha e carne seca.

Além disso, instituições civis e religiosas, como igrejas e grupos de estudantes, também contribuíram com doações. No entanto, apesar do esforço inicial, essas ações mostraram-se pontuais, insuficientes e, em muitos casos, mal administradas.

Havia denúncias de corrupção e desvio de recursos por parte de autoridades locais, e a ajuda não alcançava grande parte dos necessitados. Assim, embora tenha havido uma mobilização do poder imperial, ela se deu mais sob a forma de caridade do que de uma política pública estruturada e duradoura para o enfrentamento da seca.

O Presidente da província tomou a atitude de abrir crédito de 12:000\$000 para mitigar os sofrimentos das pessoas desamparadas. Além disso, festas de caridade foram promovidas pelo Império para arrecadar produtos de subsistência para a região, e os estudantes da escola politécnica também fizeram suas contribuições financeiras para ajudar na crise da seca.

No entanto, mesmo com essas ações, os problemas persistiram. A superlotação nas cidades havia se tornado um problema grave, pois milhares de flagelados, fugindo da fome no sertão, concentravam-se em áreas urbanas e vilas próximas a fontes de abastecimento. Essa aglomeração não apenas agravava a escassez de alimentos, mas também criava condições propícias para a propagação de epidemias, como varíola, febre tifoide e disenteria.

O presidente da província, Ulisses Viana, solicitou formalmente ao governo imperial recursos e transporte para viabilizar a imigração de parte da população atingida pela seca. Ele argumentava que, sem apoio financeiro substancial e sem a adoção imediata de medidas emergenciais, seria impossível conter a deterioração das condições de vida.

A conjunção desses dois flagelos — fome e doença — transformou a crise em um cenário quase insustentável, ameaçando o colapso total da ordem social e sanitária da província. Ulisses Viana argumentava que, sem um apoio financeiro substancial e sem a adoção imediata de medidas emergenciais eficazes, seria impossível conter a deterioração das condições de vida, o que poderia levar a uma tragédia de proporções ainda maiores.

Em algumas regiões a ajuda oferecida pelo governo foi insuficiente e também haviam casos de fraudes e roubalheiras por parte das autoridades públicas denunciados em jornais como o “Encho Escolástico” que tecia duras críticas a má administração a província da Paraíba.

Apesar da chegada dos recursos muitos, deles não vinham em boas condições. Havia muitos relatos de alimentos malconservados, além de constantes reclamações do atraso de entregas. As entregas eram feitas ao chefe de família, a quem era entregue um cartão que comprovava o recebimento daquele alimento. Essa tática tinha como objetivo evitar roubos ou que pessoas recebessem o mesmo suprimento mais de uma vez, garantindo uma distribuição mais igualitária.

O Governo Imperial, em um primeiro momento, adotou medidas de caráter assistencialista diante da problemática da seca que assolou a província da Paraíba entre 1877-1879. Aproveitando-se da situação de calamidade, buscou também gerar empregos temporários para a população atingida.

Além da assistência direta aos flagelados, foram oferecidos trabalhos nos quais pudessem se empenhar, como a abertura de estradas, a construção de açudes e outras obras públicas, todas remuneradas com salários suficientes apenas para a manutenção de recursos básicos.

Contudo, tais empreitadas muitas vezes foram marcadas por má administração e execução precária. Para viabilizar essas ações, foi enviado um contingente de engenheiros encarregados de orientar obras que pudessem amenizar os efeitos das grandes estiagens, incluindo a abertura

de poços artesianos, a instalação de estações de mantimentos, a construção de açudes próximos aos povoados e a canalização de rios, entre outras intervenções.

As medidas adotadas mostraram-se inicialmente efetivas. A construção de açudes, por exemplo, foi útil para garantir a sobrevivência das plantações e proporcionar uma sobrevida ao gado, que estava morrendo aos montes. No entanto, com o passar do tempo, essas ações começaram a falhar.

Muitos açudes secavam diante do prolongado período de estiagem característico da região, uma vez que, por serem reservatórios abertos, estavam expostos à intensa evaporação, favorecida pelas condições climáticas locais. Engenheiros, ao observar esse quadro, passaram a criticar a ineficácia dos açudes no combate à seca. 1,595,54

Uma das críticas mais recorrentes era que, quanto maior a área do açude, maior era o risco de evaporação, restando apenas pequenas lagoas remanescentes nos locais de sua construção. Além disso, os açudes dependiam fortemente das chuvas para se manterem abastecidos, o que, diante das longas estiagens daquele período, revelava-se uma solução pouco eficiente.

Outro problema era que a água parada favorecia a proliferação de doenças, o que já representava um sério desafio sanitário à época. Diante dessa situação, especialistas sugeriram a realização de estudos mais aprofundados, a fim de encontrar soluções alternativas mais eficazes para mitigar os efeitos da seca.

Ocorreu também, por parte da Monarquia, o incentivo à filantropia, como é comum em situações de calamidade como essa. Houve doações conjuntas de outros estados do Brasil para instituições de caridade e associações religiosas que, por sua vez, faziam o seu trabalho na medida do possível, embora muitas vezes atuassem por conta própria, sem recorrer diretamente às autoridades governamentais.

Essas doações, a princípio, serviram para minimizar os sofrimentos dos flagelados. Porém, apesar das boas intenções por trás dessas ações, surgiram algumas coisas que obstruíram o processo de recuperação da província da Paraíba, como a má administração dos recursos enviados atrelada à corrupção. Houve várias denúncias contra algumas autoridades

que não cumpriam com seus deveres, o que impediu que a ajuda arrecada cumprisse com as metas que eram almejadas diante das adversidades impostas pela seca.

Em uma ocasião, o Dr José Paulino de Figueiredo escreveu um relatório destinado ao magistrado Dr Esmerino Gomes Parente, relatando sobre a situação em Mamanguape e destacando a urgência da situação:

“A falta de chuvas vai reduzindo os sertões da província ao mais deplorável estado. Os criadores têm sofrido imenso prejuízo em seus gados, e o que é mais, a população pobre, exausta de recursos, acha-se oprimida pela fome, em consequência da seca. Tendo recebido representações de várias localidades do Alto Sertão pedindo-me socorros em favor dos necessitados, vítimas da fome, e não podendo ser indiferente à semelhante calamidade, abri na tesouraria de Fazenda créditos sob minha responsabilidade na importância de cinco contos de réis (5:000\$000) e mandei com essa quantia comprar gêneros alimentícios para serem distribuídos pelos necessitados, nomeando para isso comissões de pessoas idôneas, como consta da secretaria. Essa providência não era certamente bastante, mas era urgente acudir de pronto aos desvalidos, em favor de quem se reclamava.”

Nessa pequena citação do livro “A Paraíba e seus problemas” escrito por José Américo, fica evidente a urgência em atender às necessidades dos famintos assolados pela seca. A pressão popular sobre o governo era intensa, com diversas localidades da província, incluindo comunidades do sertão organizadas e lideranças locais, cobrando providências.

Em resumo, o governo entendia a situação como urgente e precisava tomar medidas o quanto antes. As atitudes tomadas eram paliativas, servindo para suprir as demandas imediatas, embora se reconhecesse que, a longo prazo, seriam insuficientes.

A questão da Saúde Pública também foi alvo de preocupação prioritária para as autoridades, que mobilizaram esforços para combater as epidemias que assolavam a província da Paraíba. Um exemplo disso é um boletim publicado no jornal A União, onde é solicitado ambulâncias homeopáticas para o tratar indigentes com moléstias epidêmicas no interior da província.

Além disso, foram implementadas medidas como a aplicação da vacina contra a varíola e o envio de remédios para conter os casos de febre intermitente e anasarca. Especificamente, foram enviadas 3 ambulâncias de medicamentos homeopáticos para tratar indigentes afetados por varíola

e outras doenças para as comarcas de Ingá, Bananeiras e Villa de Cabaceiras, a pedido da comissão de socorros em Campina Grande.

Eis aqui alguns exemplos de iniciativas tomadas para mitigar os efeitos devastadores das doenças, que assolavam a província. A fome e a seca eram mortais por se só, e as doenças, que eram consequências desses fatores, serviram para piorar ainda mais o estado de sofrimento da população. Apesar das atitudes tomadas para restaurar a saúde pública, as limitações do Estado diante das circunstâncias ficaram evidentes.

Para combater a violência e os ataques dos bandoleiros, foi enviado um destacamento militar com o objetivo de garantir a segurança dos estabelecimentos que estavam sendo saqueados, como armazéns e depósitos de alimentos, que eram alvos frequentes de saques de grupos.

Além disso, a medida visava controlar o fluxo de vítimas da seca que emigravam para o litoral, devido à aglomeração causada pelas secas no sertão. Operações policiais também foram conduzidas para combater os bandos de criminosos e pôr fim aos saques, pois a segurança pública era uma questão crucial na província.

As elites locais tiveram um papel ambíguo nesse contexto. Por um lado, solicitavam ajuda para mitigar os efeitos da seca, mas por outro, também se aproveitavam da situação pra benefício próprio. Embora muitos dos que ocupavam posições de poder tenham feito solicitações de recursos, é evidente que ocorreram desvios desses recursos para enriquecimento pessoal.

Isso é comprovado pelas numerosas denúncias de casos de corrupção e descumprimento das promessas de socorro aos flagelados da seca. Não era incomum que administradores desviassem recursos financeiros destinados à manutenção de estoques para os esfomeados e para à saúde pública, aplicando-os em seus próprios interesses e enriquecendo-se pessoalmente.

Uma característica comum nesse período era o uso das verbas e auxílios para reforçar o poder das elites locais diante da população dominada. Isso podia ocorrer com desvios de verbas e gêneros alimentícios para favorecer parentes e aliados.

Além disso, as elites locais podiam usar a conscientização da situação causada pela seca para obter mais investimentos do governo para sua

região. Diante disso, podemos ver um prelúdio daquilo que pode ser chamado de “indústria das secas”, que se perpetuará nas décadas seguintes.

O termo “indústria das secas” é bastante significativo, pois revela uma dinâmica em que determinados setores da sociedade exploram uma calamidade para obter ganhos políticos e econômicos, mesmo à custa do sofrimento da população. Desde o século XIX, o clientelismo se consolidou como um dos pilares dessa engrenagem, em que as elites utilizavam os recursos do Estado para favorecer a si mesmas e seus aliados, em vez de atender às reais necessidades dos sertanejos.

Essa prática gerou um cenário marcado pela corrupção e desvios de verbas, reduzindo drasticamente a eficácia das políticas de socorro. Assim, as medidas governamentais, em vez de combater de fato os efeitos devastadores da seca, acabam funcionando apenas como paliativos, incapazes de enfrentar a dimensão colossal da catástrofe que assolava a região.

Outra razão por trás do uso dessa manobra era criar uma dependência das pessoas, possibilitando que os governantes locais criassem um simulacro de ajuda humanitária. Eles realizavam minimamente as assistências com as verbas estatais, mantendo todos dependentes deles.

Além disso, poderiam conseguir mais recursos do império para manter sua posição de dominância, usando a seca como uma oportunidade para explorar e consolidar seu poder. Enquanto para os menos favorecidos a grande estiagem era um terrível desastre, para alguns poucos abastados era uma oportunidade para consolidar o seu poder e aumentar a influência própria e de seus favorecidos.

Eis o motivo por que ocorrerem tantas denúncias de alimentos não recebidos, de recursos mal administrados e também atrasos. Esses problemas não resultavam apenas da incompetência das elites locais, mas especialmente do jogo de poder e má fé deles, tudo para manter sua dominância e apadrinhamento dos seus favoritos.

Isso tem raízes no sistema paternalista que sempre existiu no meio das elites brasileiras, uma forma de como o Estado atuava de modo assistencialista e autoritário. Esse tipo de política se perpetuará até o

período da República, onde será estabelecido o sistema político dos coronéis, tornando essa forma de agir ainda mais comum em todo o País, especialmente no Nordeste.

A seca criou um terreno fértil para que as elites locais reforçassem seu domínio sobre a população. Em meio ao desespero generalizado, fome e miséria, os mais pobres tornaram-se dependentes da boa vontade arbitrária desses grupos privilegiados, que controlavam a distribuição dos recursos alimentícios escassos.

Longe de atuar de maneira justa, as elites manipulavam a situação em benefício próprio, convertendo verbas públicas destinadas ao socorro imediato dos necessitados, em instrumentos de poder político e social. Dessa forma, a seca se transformou não apenas em tragédia natural, mas também em uma oportunidade para fortalecer a dominação das classes abastadas sobre os desvalidos.

Essa dinâmica de exploração e manipulação se perpetuou ao longo da história do Brasil, contribuindo para a perpetuação da pobreza e da desigualdade no Nordeste. A "indústria das secas" é um exemplo claro de como as elites locais podem usar a tragédia para benefício próprio, e é fundamental que se aprenda com a história para evitar que esses padrões se repitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo isso, fica claro que um desastre natural como a seca de 1877-1879 vai além da dimensão climática e se manifesta em múltiplas esferas, tanto naturais quanto sociais. A estiagem não apenas comprometeu a disponibilidade de água e a produção agrícola, mas desencadeou uma verdadeira reação em cadeia que afetou a economia, a saúde, a segurança pública, a política e até mesmo a organização cultural das populações atingidas.

Portanto, a seca foi mais do que um fenômeno ambiental: foi um divisor de águas que revelou a fragilidade das estruturas sociais e institucionais do Império diante de um colapso de tamanha magnitude.

O Governo Imperial, ciente da catástrofe, tentou implementar uma resposta emergencial com medidas como o envio de alimentos, a abertura de frentes de trabalho e o deslocamento de flagelados para outras regiões. No entanto, essas ações se revelaram limitadas e, em muitos casos, ineficazes.

A distância entre o centro de poder no Rio de Janeiro e a realidade vivida no sertão nordestino resultava em decisões lentas e mal adaptadas às necessidades locais. Além disso, a execução dessas medidas ficou a cargo das elites regionais, que frequentemente se aproveitaram da situação para manter privilégios e concentrar recursos, desviando verbas e mercadorias destinadas aos mais necessitados.

A seca de 1877-1879 deixou marcas profundas na vida social. A fome e a miséria forçaram o deslocamento em massa de sertanejos, dando origem a um êxodo que redefiniu a ocupação de áreas urbanas do Nordeste e em outras regiões do país.

O aumento da criminalidade, tanto em ações individuais quanto na formação de bandos, expressava o desespero de uma população sem alternativas. Além disso, as epidemias varíola e cólera, ampliavam o quadro de devastação. Assim, o sertão se tornou um palco de colapso sistêmico, onde cada crise reforçava a outra, numa lógica semelhante a um castelo de cartas desmoronando.

Em última instância, a estiagem expôs de forma clara as limitações do Estado Imperial e os mecanismos de exploração social enraizados na sociedade brasileira. A seca não apenas destruiu safras e ceifou vidas, mas também evidenciou o abismo entre governantes e governados, revelando que as soluções apresentadas eram mais paliativas do que estruturais.

A tragédia de 1877-1879 permaneceu como um marco histórico não apenas para os que a viveram, mas também para as gerações futuras, que herdaram a memória de um desastre que transformou o Nordeste em sinônimo de vulnerabilidade e resistência. Além disso, consolidou uma imagem duradoura da seca como uma chaga social e política do Brasil.

A seca de 1877-1879 permanece como um marco histórico importante, não apenas por suas consequências devastadoras, mas também por nos ensinar sobre a importância de uma resposta mais estrutural e eficaz do Estado em casos de desastres naturais.

Sua memória nos lembra da vulnerabilidade das populações mais pobres e da necessidade de uma ação mais coordenada e eficaz para mitigar os efeitos de tais eventos. Além disso, a seca de 1877-1879 nos faz refletir sobre a importância de aprender com a história e de trabalhar para construir uma sociedade mais justa e resiliente.

REFERÊNCIAS:

AMÉRICO, José. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1923.

ABREU, A. F. de. **O desastre seca x políticas públicas**. O semiárido paraibano: um estudo de caso. (Tese de Doutorado em Recursos Naturais). Campina Grande: UFCG, 2004.

BRASIL, Rayane de Lima. **Tudo é consternação, miséria e desespero: Seca e doenças na província da Parahyba na década de 1870**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2023.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca – O caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1993.